

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL

Tânia Maria de Freitas Rossi¹

14

Resumo: O trabalho examinou a efetividade da política social de democratização do acesso à Educação Superior do Programa Universidade para Todos - ProUni, como estratégia para gerar inclusão social, desde a perspectiva de estudantes bolsistas em instituições privadas de ensino superior beneficiados pelo Programa, no Distrito Federal. Participaram do estudo, mediante entrevista, 110 estudantes bolsistas do ProUni, matriculados em 3 instituições de ensino superior privadas, instaladas no Distrito Federal. Utilizou-se a abordagem qualitativa e as falas foram submetidas à análise de conteúdo. Os resultados indicaram que, quanto à trajetória e os motivos da escolha do curso e da profissão, apenas 28,2% o fizeram como base na análise de si mesmo, das aptidões que reconhecia ter, dos desejos e expectativas em relação à vida. Os demais parecem à deriva, buscando em circunstâncias imediatas a definição da carreira e da vida profissional. A maioria, 56, 4%, encontra dificuldades em realizar o curso e indicam as aulas desmotivadoras, a falta de infraestrutura como laboratórios e ambientes reais de aprendizagem; a falta de pré-requisitos para fundamentar o desenvolvimento acadêmico; a escassez de tempo para dedicação ao curso (estudo, tarefas, visitas técnicas, estágios e limitações econômicas e carência de pré-requisitos para acompanhar o curso) como os principais óbices na formação profissional. Embora o ProUni tenha tido aprovação quase unânime, 55,4% concebem-no como uma benesse do Estado aos desfavorecidos. A perspectiva de mobilidade e inclusão social é, para a maioria, uma promessa a ser cumprida, diluída no discurso do Estado, cujo referente se assenta na concessão da bolsa de estudos para cursar a faculdade. No entanto, 44,6% exibem consciência das limitações da formação profissional e das contradições e condicionantes históricos e econômicos envolvidos com a concessão das bolsas do ProUni, ainda que de modo não problematizado.

Palavras-chave: Democratização da Educação Superior. Política Educacional. Inclusão Social. Pesquisa Avaliativa.

¹ Professora do Centro Universitário de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Pesquisa financiada pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa do UNIDESC. E-mail: Tania.rossi@unidesc.edu.br

Recebido em 28/02/2019
Aprovado em 04/04/2019

Abstract: The work examined the effectiveness of the social policy of democratization of access to Higher Education of the University for All Program - ProUni, as a strategy to generate social inclusion, from the perspective of scholarship students in private higher education institutions benefited by the Program, in the Federal District, Brazil. A total of 110 ProUni scholarship students enrolled in 3 private higher education institutions participated in the study. The qualitative approach was used and the speeches were submitted to content analysis. The results indicated that, with regard to the trajectory and the reasons for choosing the course and the profession, only 28.2% did so based on the analysis of oneself, the aptitudes they recognized to have, the desires and expectations in relation to life. The others seem adrift, seeking in immediate circumstances the definition of career and professional life. The majority, 56.4%, find it difficult to complete the course and indicate the demotivating classes, the lack of infrastructure such as laboratories and real learning environments; lack of prerequisites to support academic development; the shortage of time to dedicate to the course (study, tasks, technical visits, internships and economic limitations and lack of prerequisites to follow the course, as the main obstacles in professional training. Although ProUni had almost unanimous approval, 4% conceive of the Program as a state benefit to the disadvantaged and the perspective of mobility and social inclusion is, for the majority, a promise to be fulfilled diluted in the state discourse whose referent is based on granting scholarship to attend college. However, 44.6% are aware of the limitations of professional training and the historical and economic contradictions and constraints involved in the granting of ProUni scholarships, albeit in an unstated manner.

Key words: Democratization of Higher Education. Educational politics. Social inclusion; Evaluative Research.

1. Introdução

O Brasil vivenciou, a partir de 2003, um período de crescimento acompanhado por condições macroeconômicas e políticas positivas: déficit fiscal baixo, diminuição significativa do endividamento externo e um avanço importante no apoio à democracia, apesar de o contexto econômico mundial atual encontrar-se pouco favorável. Em decorrência, o ano de 2007 assistiu a Organização das Nações Unidas inserir o país no grupo de países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado, ombreando nações tidas como desenvolvidas. Imediatamente após, em 2008, alçou a posição de *investment grade* pelas agências internacionais de *rating*.

Enquanto isto, os indicadores substantivos e também os simbólicos apontavam a ocorrência de um *boom* na classe C, que teve acesso à casa própria, carro, computador, facilidades de crédito e carteira de trabalho assinada. Quase 30 milhões de brasileiros ingressaram na classe C (definida como nova classe média pela Fundação Getúlio Vargas), abrangendo 94,9 milhões de pessoas (50,5% do total da população), em 2009. No mesmo

período, mais de 20 milhões subiram para as classes A e B, de renda maior. Os brasileiros que se enquadravam nas classes D e E passaram de pouco mais de 96 milhões para 73 milhões de pessoas (NERI, 2009).

De fato, na última década, o país veio, na mesma linha dos demais países da América Latina e do Caribe, articulando políticas de crescimento econômico com políticas de desenvolvimento social, de modo a promover o enfrentamento das desigualdades regionais e promover a inclusão social. A tentativa de redução da desigualdade vinculou-se, principalmente, à atividade *redistributiva* do Estado, com destaque para os programas de transferência de renda e políticas focais nas áreas de saúde e de educação, com o comprometimento de criar políticas de trabalho para incluir os beneficiários do sistema de proteção social no mercado formal ou informal, operando a partir de um sistema de condicionalidades para a transferência.

Em 2010, 63 milhões de pessoas, dos 190,7 milhões tinham acesso às políticas sociais do Governo Federal implantadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, ou seja, quase um terço da população (GRYNSPAN, 2010). As perspectivas econômicas, para 2013, indicaram que, apesar do fraco crescimento de 2012, as medidas macroeconômicas de incentivo ao investimento aplicadas pelo governo (corte de juro e alta do câmbio) teriam impactos positivos, com o crescimento do Produto Interno Bruto-PIB projetado em 4%. Pela ótica de 44% dos brasileiros, a economia iria melhorar, em 2013, embora tivessem receio da inflação.

De todo modo, na Análise de Conjuntura elaborada pelo PUC-SP (2013), a estimativa oficial do crescimento do Produto Interno Bruto do país apontava para uma taxa de cerca de 1%, com taxa básica oficial de juros (SELIC) de 7,25%. Para evitar o baixo crescimento, o Banco Central, em 2012, abaixou os juros e o governo realizou um conjunto de desonerações tributárias. Todavia, os menores juros não conseguiram estimular a economia. Com a alta inadimplência, os bancos reduziram os empréstimos e a indústria registrou queda de cerca de 2,3% na produção.

As incertezas, em relação às mudanças regulatórias feitas pelo Governo, desaguararam no congelamento dos investimentos. Entretanto, o consumo no varejo cresceu 8,9%, em 2012. Fenômeno estimulado pela renda crescente, desemprego em queda e farto crédito associado a desonerações de tributos da linha branca de produtos e da venda de veículos.

No setor exterior, no final de 2012, o país acumulou saldo negativo em relação à entrada de recursos em dólares no país, com déficit de US\$ 6,755 bilhões, em fevereiro, que foi coberto pelo fluxo de Investimento Estrangeiro Direto. Em função do crescimento econômico mais fraco, a balança comercial mostrava um déficit causado pelo aumento das importações de combustíveis e lubrificantes, que subiram 52% em relação ao mesmo período de 2012, contribuindo para a alta de 18% nas importações (PUC-SP, 2013).

Apesar dos maus resultados do desempenho da economia, a arrecadação de impostos e de contribuições federais subiu e atingiu um valor recorde em 2012, equivalente a um crescimento de 0,7% acima da inflação quando comparado com o total de 2011. As contribuições pagas à Previdência Social, que estão relacionadas com os empregados que têm carteira de trabalho assinada, cresceram 5,63% em termos reais e as diferentes formas de recolhimento do imposto sobre a renda dos trabalhadores aumentaram entre 3,5% e 5% acima da inflação (PUC-SP, 2013).

O desenvolvimento e o crescimento do país, juntamente com as políticas sociais que pretendem garantir direitos e inclusão social, alteraram a sua inserção internacional. Entretanto, o cenário exibiu um processo de produção da pobreza estrutural globalizada que, a despeito de concentrar-se em maior proporção nos países pobres, deixou de configurar uma pobreza local ou nacional para tornar-se uma pobreza estrutural decorrente do crescente desemprego, da degradação salarial e do tipo de ação de proteção social envidado pelo Estado.

De fato, as políticas sociais estão transformando a vida da população mais pobre e, ao mesmo tempo, gerando contradições importantes. A transferência de renda no contexto da política de Assistência Social, por exemplo, apresenta-se como um problema para o mercado formal de trabalho, com potencial para enfraquecê-lo. O Programa Bolsa Família e outros programas de transferência de renda, cuja função era complementar os rendimentos do grupo familiar, também podem ser utilizados para substituir o trabalho remunerado, o que significa que as políticas públicas não logram gerar emprego e renda, mitigar a pobreza e promover a autonomia de seus beneficiários.

Enquanto isto, no cenário das políticas educacionais, o processo de universalização do ensino fundamental, que avançou a partir dos anos 1990, foi seguido pelo crescimento do ensino médio. Mas o ensino superior registrou o maior feito: triplicou o número de matrículas, com a ampliação, na esfera pública, das redes das universidades federais e dos

institutos de educação profissional e tecnológica. E, na esfera privada, a implementação de programas como o ProUni e do Fies, responsáveis pelo forte aumento da oferta de vagas na rede particular.

A expansão da oferta de educação superior, por intermédio da democratização do acesso a esse nível de ensino, enfrenta o debate com a sociedade quanto à sua pertinência, qualidade e oportunidade. Apesar desse intenso crescimento observado no ensino superior, o percentual de acesso dos jovens é ainda muito restrito – abrange 19% na faixa etária de 18 a 24 anos (PNAD, 2009), quando o acesso ao ensino superior, em 1997, já atingia 45% dos jovens de 18 a 21 anos nos EUA e 69% na Coreia do Sul.

A parcela da população que ainda não tem acesso ao ensino superior é de 80% dos jovens com idade de 18 a 24 anos, dos quais a metade deles (48%) não possui os requisitos formais para concorrer a vagas no ensino superior, pois 21% destes novos adultos não concluíram o ensino fundamental e 27% não concluíram o ensino médio. Em outros termos, somente 33% dos jovens na faixa de idade de 18 a 24 anos concluíram o ensino médio, como mais alto nível de escolaridade, e dessa forma possuem os requisitos escolares formais para terem acesso ao ensino superior (ANDRADE, 2010). Estes números evidenciam que as matrículas no ensino médio devem ser duplicadas para atender a parcela jovem de 15 a 17 anos. A democratização do acesso ao ensino superior depende, pois, da ampliação do acesso e do número de concluintes no ensino médio e seu efetivo aprendizado.

Este cenário demanda, diuturnamente, a compreensão do funcionamento do sistema educacional, sua relação com as políticas públicas que tentam incidir sobre a melhoria do acesso e da qualidade de ensino e a superação das restrições decorrentes das clivagens sociais que se manifestam no interior de todo o sistema educacional – do ensino fundamental, médio e superior. Instaure o debate social, econômico e político sobre a “nova classe média” que é transversalizado pelo fenômeno da contemporaneidade. Indaga a mobilidade social vista desde a perspectiva do aumento do padrão de consumo, de acesso à renda e ocupações diversas, propalada nas instâncias hegemônicas. Interroga os processos de geração de inclusão social, tematizando esta categorias.

2. A Educação Superior: conjuntura atual

A onda de crescimento rapidamente entrou em colapso. Em dezembro de 2015, de acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), a economia brasileira evidenciou queda de todos os indicadores de sua atividade, em ritmo mais acelerado do que

o registrado anteriormente, em comparação, os três primeiros trimestres de 2015. O longo e aparente ciclo de expansão anterior desaguou em desequilíbrios significativos nas contas públicas e no orçamento familiar que, depois de anos de contínuo incentivo à expansão do endividamento, foi submetida a pesado ajuste. O consumo das famílias registrou, no terceiro trimestre de 2015, a terceira retração consecutiva na série livre de influências sazonais (-1,5%), fato que não ocorria desde o início de 1998 (IPEA, 2016). A economia entrou em recessão, no segundo trimestre de 2014 e a queda acumulada do PIB, em 2015, aproximou-se de 6,0%, também um recorde dos últimos 20 anos.

O mercado de trabalho vem sendo duramente afetado pelo quadro de desaquecimento econômico, com o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) registrando, de janeiro a outubro de 2015, a perda de quase 1,4 milhão de postos de trabalho. A taxa de desocupação atingiu 7,9%, com 3,2 pontos percentuais a mais em relação ao mesmo mês de 2014. O desemprego medido pela PNAD alcançou 8,9%, com alta de 2,1 pontos percentuais na mesma comparação (IPEA, 2016). É interessante notar que a fraqueza do mercado de trabalho ainda não revelou efeitos muito intensos sobre os salários reais, especialmente no caso da PNAD Contínua, que ainda mostra variações positivas em relação ao ano passado.

A Assessoria Econômica da **Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee** (2016) produziu uma análise econômica com base em informações capturadas mensalmente pelo departamento de economia. E concordando com os achados do IPEA, aponta que a categoria Consumo, em 2015, experimentou forte regressão, destacando-se o caso dos bens de capital (-25,5%) e dos bens de consumo duráveis (-18,7%). O baixo grau de confiança dos agentes, o aumento da taxa de juros, a perda de poder aquisitivo, em função da inflação mais elevada, e as restrições impostas a novas concessões de crédito explicam os resultados apresentados. A crise mostra-se generalizada, recobrindo as atividades de fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-30%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-25,9%), impressão e reprodução de gravações (-17,2%) e produtos têxteis (-14,6%) e a gravidade da situação e a indefinição com respeito à estratégia para a superação da crise têm provocado dispersão das projeções para 2016 e 2017.

Embora a esfera federal tenha engendrado alternativas de contenção da crise, os “três ajustes” fundamentais ao reequilíbrio da economia – setor externo, inflação e contas públicas, desenhados para corrigir o curso da economia mostraram resultados heterogêneos.

A inflação superou a marca de 10% em doze meses, a taxa mais elevada desde 2003 com forte deterioração das expectativas do mercado quanto à inflação futura. Os resultados fiscais ainda não apresentaram melhorias palpáveis, a despeito do rigoroso controle de gastos observado no último ano e da aprovação de várias das propostas de contenção de gastos obrigatórios e aumento das receitas públicas enviadas pelo Executivo ao Congresso Nacional ao longo do ano (IPEA, 2016).

A produção da indústria brasileira encolheu 8,3% em comparação ao ano anterior e o mercado espera nova queda de 4,0%. Não há perspectiva de melhora nas estimativas. A indústria de transformação foi a principal responsável pelo desempenho geral, pois apresentou queda de 9,9% e foi acompanhada pela queda do número de horas trabalhadas (10,3%), de empregos (-6,1%) e do faturamento real (-8,8%). O faturamento médio anual da indústria de transformação regrediu aos níveis de 2009 e o nível de utilização da capacidade instalada finalizou dezembro em 77,5%, muito abaixo da média histórica do setor (ABINEE, 2016).

O declínio e a fragilização da indústria de transformação se inserem no contexto de valorização da taxa de câmbio até 2014, o que promoveu o desalinhamento das cadeias produtivas e enfraqueceu a sua capacidade exportadora. A produtividade decrescente é seguida por custos industriais em progressão (salarial, de capital e de insumos importados), a reclamar o enfrentamento deste conjunto de fatores de modo a evitar a deterioração irreversível do setor industrial.

A situação tornou-se mais difícil diante da eclosão de uma crise política de rara gravidade, aumentando a incerteza dos mercados sobre a capacidade de o governo aprovar as medidas necessárias de política econômica. Esse complexo cenário político-econômico reflete-se diretamente nos diversos indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários, que alcançam níveis historicamente baixos e sem sinais concretos de reversão e ganha concretude no desempenho da atividade econômica, que deverá sofrer, neste ano, a maior retração dos últimos 25 anos (IPEA, 2016).

Em decorrência da crise, o Ministério da Educação e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram as áreas mais afetadas pelo corte de R\$ 21,2 bilhões, em março de 2016 e perdeu R\$ 4,27 bilhões no novo contingenciamento.

Em 2014, foram 2 milhões de novas matrículas na Educação Superior e 2015 apresentou uma redução de 12 % em relação ao ano anterior; ou seja, 284 mil estudantes a

menos no ensino superior em função da redução dos números de vagas concedidas através do Fies. As estimativas para os dois próximos anos indicam uma queda de 20% a menos. Isto é, de quase 500 mil novos estudantes – incluindo alunos de graduações presenciais e à distância (HOPER EDUCAÇÃO, 2015). Em janeiro de 2016, foram disponibilizadas 9,5 mil bolsas a menos em relação ao ano passado, com acirramento da disputa que atingiu 15,3 candidatos por vaga na edição do primeiro semestre de 2016, número superior ao registrado em 2015, quando a procura foi de 13,8 candidatos. As sinopses estatísticas dos Censos da Educação Superior (MEC, 2016), de 2011 a 2014, apesar da alta procura, mostrou um crescente o número de trancamentos no período, cerca de 60%, em relação ao ano anterior.

Diante do agravamento do cenário nacional, os debates acerca da educação superior giram em torno de três indagações centrais: o sentido e a pertinência social da universidade diante dos desafios que enfrenta a sociedade brasileira e seu potencial de inclusão social. A elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), considerando a análise de indicadores da Educação Superior no Brasil, na última década, aponta não só a quantidade, mas também a complexidade dos desafios, especialmente se for mantida a política de expansão de vagas e promoção da qualidade para ampliar a democratização e a relação da universidade com a sociedade (SPELLER; ROBL; MENEGHEL, 2012).

3. A Política de Democratização de Acesso à Educação Superior: Programa Universidade para Todos – ProUni

A Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, instituiu o Programa Universidade para Todos – PROUNI - (BRASIL, 2005). Visa garantir, aos estudantes que tenham cursado e concluído o Ensino Médio em escola pública, acesso gratuito à Educação Superior por meio do preenchimento de vagas remanescentes nas instituições particulares de ensino superior. Pretende atingir, também, pessoas com necessidades especiais, negros, indígenas e atletas; professores da rede pública de ensino. Em troca da isenção fiscal, as instituições particulares passaram a oferecer bolsas de estudo para os cursos de graduação e os sequenciais de formação específica, de acordo com os seguintes critérios: bolsistas integrais deveriam ter renda familiar *per capita* igual ou menor que um salário mínimo e meio e, para ter direito às bolsas parciais (50 e 25%), ter renda familiar *per capita* menor que três salários mínimos.

Tal iniciativa decorreu da impossibilidade de as instituições federais atenderem à demanda já concentrada. Os beneficiados com bolsa parcial pelo ProUni podem utilizar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) que é um programa do Ministério da Educação que financia o curso de graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001, para complementar o pagamento das mensalidades dos cursos escolhidos, se a instituição escolhida integrar esse Programa. Podem recorrer ao benefício os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

A Lei pretendeu incrementar as possibilidades de jovens, com faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos, advindos de estratos economicamente desfavorecidos da população, a terem acesso à Educação Superior. E, assim, garantir que o governo alcançasse 30% de jovens nesta faixa de idade, matriculados no ensino superior, meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2005).

A política pretendeu beneficiar os estudantes aptos a prosseguirem os estudos em nível superior e às instituições particulares que aproveitaram o número de vagas ociosas e conquistaram isenção fiscal. Não obstante, com tais políticas públicas de educação superior, houve a transferência da expansão deste nível de ensino para o setor privado, por meio da mercantilização do ensino. As iniciativas cuja implementação é anterior à década de 1990, aceleraram o crescimento do acesso ao ensino superior por intermédio do aumento do número de matrículas nas instituições particulares, da diversificação da oferta de curso e da racionalização dos recursos nas Instituições Federais de Educação Superior (OLIVEIRA et al., 2008).

A expansão do acesso não contou, entretanto, com medidas estruturais que garantissem, de modo efetivo, a permanência e a qualidade da formação recebida. Sabe-se que, historicamente os estudantes egressos da rede pública não logravam acesso à educação superior nas instituições federais. Não eram aprovados nos concursos de vestibular em função da baixa qualidade da formação acadêmica recebida em seu processo de escolarização. Para prosseguirem os estudos, aqueles com maior poder aquisitivo recorriam à rede particular de ensino, que ainda exigiam provas para ingresso, e os demais inviabilizados do acesso ao ensino superior, ingressavam no mercado de trabalho sem qualificação profissional.

Com a expansão do acesso e abertura do mercado de educação superior, as vagas, hoje, estão disponibilizadas na rede privada como mercadoria e a matrícula é quase automática. Não são necessários exames que atestem a qualificação alcançada na educação básica. Estabeleceu-se uma disputa e uma concorrência férrea entre as instituições particulares por alunos do ProUni. A captação de novos estudantes, de transferências daqueles matriculados nas concorrentes e o rebaixamento do nível de ensino como incentivo à permanência na Instituição são alguns dos problemas flagrantes do cenário atual.

Para auxiliar o custeio das despesas educacionais, o ProUni instituiu, em 2006, a Bolsa-Permanência mensal, concedida a estudantes com bolsa integral em utilização, matriculados em cursos presenciais com, no mínimo, seis semestres de duração e carga horária média superior ou igual a seis horas diárias de aula. O processo de seleção dos bolsistas aptos ao recebimento da Bolsa-Permanência é feito automaticamente pelo Sisprouni, no início de cada semestre, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério da Educação.

Estes dados mostram que Schwartzman (2003) tem razão ao sinalizar que a educação superior no Brasil intenta, principalmente, oferecer vias de mobilidade social para grupos sociais emergentes, e formar profissionais com qualificação para atuarem no mercado de trabalho.

A despeito da expansão das matrículas na educação básica e do vertiginoso crescimento do ensino superior, o cenário da desigualdade social e econômica parece não ter sofrido alterações e a expansão configurou um quadro de matrículas mais elitista do que o verificado no início da década (TAVARES JUNIOR, 2011). Um fenômeno que demanda estudos e investigações que esclareçam o esclareçam.

Ainda que tematize os ganhos sociais e econômicos advindos do processo de educação formal, a literatura concorda que a educação superior configura, potencialmente, melhores perspectivas de promover qualificação profissional, mobilidade social, agrega valor econômico e constitui o nível de ensino em maior expansão no país, com seus limites e possibilidades.

A estratificação vertical e a horizontal, proporcionada pela educação, evidencia uma relação inversamente proporcional à sua distribuição: quanto maior a distribuição e acesso às oportunidades educacionais, menor a mobilidade social que proporcionará movimento decorrente da natureza social e econômica que caracterizam os serviços educacionais na

economia posicional (HIRSCH, 1979). Em outras palavras, quando há o incremento e expansão do acesso à educação, os efeitos sociais esperados serão menores e terão a qualidade e seu poder social comprometidos. Se um grupo social possui hegemonia sobre determinados bens e serviços, exercerá controle a seu acesso, para garantir o privilégio. Quanto mais limitado o acesso aos bens e serviços na economia posicional de Hirsch maior será o valor econômico e social que deterá.

Ressalta-se, nesta dinâmica, que escolaridade e renda apresentam correlação forte e positiva, ampliando o desejo de acesso, as expectativas de mobilidade e o agravamento das desigualdades para aqueles que não logram superar os obstáculos internos ao sistema educacional. O fato é que a educação, por muito tempo, considerada um agente de mobilidade ascendente, a despeito do estrato social de origem do indivíduo, hoje, tende a deixar de ser agente de equidade para ser mera perpetuadora dos mecanismos de desigualdade. Por um lado, a procura e o acesso a determinados cursos superiores mostram que há uma divisão clara entre carreiras de maior ou menor prestígio e uma tendência à desigualdade e à reprodução social. O futuro profissional do estudante está fortemente determinado por sua origem social.

Por outro, o binômio educação básica particular e educação básica pública não apenas perpetua a origem e condição social do estudante como também, aliando-se à “educação complementar”, determina o acesso à instituição de educação superior. Os egressos da escola pública serão os estudantes das instituições de ensino superior privadas e os egressos das escolas particulares chegarão às instituições públicas. As contradições infra-estruturais deságuam na mesma vala comum: a desigualdade social e econômica que emoldura a exclusão social.

O Estado delega, pois, às instituições de educação superior a tarefa de universalizar a educação de qualidade, base do desenvolvimento econômico e social individual e coletivo. E, conseqüentemente, de assegurar que o incremento da capacidade produtiva, enquanto resultado de investimento na elevação dos níveis de aprendizagem, seja capaz de aumentar, não apenas a produção de riquezas, mas, também, a formação humanística, a inserção e participação social de cada estudante, na ordem democrática.

E, neste contexto, torna-se imprescindível examinar a efetividade da política social de democratização do acesso à Educação Superior do Programa Universidade para Todos -

ProUni, como estratégia para gerar inclusão social, desde a perspectiva de estudantes bolsistas de instituições privadas de ensino superior beneficiados pelo Programa.

Se definir e avaliar ‘inclusão social’ no contexto atual implica respostas subjetivas que considerarão e valorarão, distintamente, a participação de fatores extra-econômicos como liberdade de escolha individual, acesso a serviços públicos de saúde e educação de qualidade, acesso aos bens culturais, moradia condigna, torna-se necessário dar voz ao estudante na produção de sentidos que emite sobre o tema e na análise e na inter-relação destes fenômenos.

Considerando que, quando se trata de determinar o que é inclusão social, o seu inverso, a exclusão social, apresenta-se; que as políticas de inclusão consideradas também de inserção social, gerando estratégias de integração de indivíduos ao sistema social, podem cumprir a função de manter sob controle as tensões sociais originárias do desemprego, da desigualdade de oportunidades e da pobreza extrema. E que a análise do binômio inclusão-exclusão amplia a compreensão de problemas afeitos às relações sociais no modo de produção em vigor. Mas que não podem ser explicados tão-somente pela expropriação da terra ou pela apropriação do produto do trabalho, dos meios de produção e de sobrevivência. Deste modo, o binômio diz respeito aos processos de opressão, de discriminação e de dominação. Ele pode desvelar aspectos que ficam subsumidos na análise das relações de conflito entre polos antagônicos, justificando-se a proposição desta investigação.

Afinal, as formas de exclusão ou de interdição são objetivadas materialmente, mediante distintas justificativas e pretendem ser transparentes, sem dar lugar à contestação de sua objetividade. Esse é justamente o lugar de sua inconsistência na medida que fala sobre a aparência do fenômeno, da sua realidade empírica e não logra desvelar os sujeitos concretos e os motivos pelos quais alguns estão dentro (incluídos) e outros fora (excluídos). Contudo, não adentra a historicidade e espacialidade do fenômeno, fala de justificativas, mas não alinhava argumentos (FOUCAULT, 1996).

4. Metodologia

Esta investigação, quanto ao seu objetivo, visou examinar a efetividade da política de democratização do acesso à Educação Superior no Distrito Federal, seus impactos e benefícios, enquanto agente de inclusão social, desde as percepções dos beneficiários de 3 instituições de ensino superior sediadas no Distrito Federal. Na condição de pesquisa

avaliativa (PATTON, 1991), o estudo pretendeu verificar relações existentes entre diferentes componentes do Programa Universidade para Todos, enquanto política pública de democratização do acesso à Educação Superior. Vale-se, para tal, de procedimentos científicos, para produzir conhecimento sobre a intervenção social em foco, ampliar a tomada de consciência acerca do Programa e subsidiar futuras tomadas de decisão.

Foi utilizada a abordagem qualitativa, uma vez que esta possibilita responder a indagações muito particulares, como estratégia de compreensão detalhada dos significados e características situacionais que envolvem o objeto de estudo (MINAYO, 2008). Assim, favorece acesso a um nível de realidade que não pode ser quantificado, a especificidades de comportamentos, atitudes e valores subjacentes ao objeto e ao contexto pesquisado.

Integraram o estudo um grupo de 110 participantes, bolsistas do ProUni, definidos por amostragem intencional, nas 3 instituições selecionadas, localizadas em 03 cidades satélites diferentes no DF. (Águas Claras, Guará e Taguatinga), de acordo com a seguinte distribuição: Ciências da Terra: 28 ou 25,5% (Agronomia e Medicina Veterinária); Ciências da Saúde (Biomedicina; Fisioterapia; Radiologia; Farmácia e Odontologia): 32, ou seja, 29,1%; Ciências Humanas (Pedagogia e Psicologia): 16 ou 14,5%; Ciências Sociais Aplicadas (Administração; Ciências Contábeis e Direito): 8, isto é, 7,3% dos estudantes. Utilizou-se como critérios de inclusão na amostra ser estudante do ensino superior e estar regularmente matriculado nas instituições privadas de ensino superior selecionadas para o estudo e ter aderido ao ProUni com bolsa de estudo parcial ou integral.

A amostra apresentou boa distribuição em termos de idade, uma vez que 82% dos entrevistados situavam-se na faixa etária de 19 a 25 anos, sendo 59 anos a idade mais avançada. Da mesma forma, houve boa estratificação no que tange ao aspecto gênero, 52% mulheres e 48% homens. Quanto à renda familiar, 62,7% informaram renda de 02 a 8 salários mínimos; 29,1% no intervalo de 9 a 12 e apenas 8,2% possuem renda familiar superior a 13 salários mínimos. Dos estudantes investigados, 23% residem na mesma cidade em que está instalada a instituição e 77% outras cidades satélites. Quanto à inserção no mercado de trabalho, 42% já estão trabalhando, dos quais apenas 6% em atividades compatíveis com o curso de graduação escolhido.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, utilizando-se um roteiro com 4 blocos temáticos: (1) dados sociodemográficos; (2) Educação Superior e o Processo de Escolha Profissional; (3) Dificuldades do Percurso Formativo; e (4) percepção

sobre limites e possibilidades do ProUni e modalidades de inclusão social por ele possibilitadas. As entrevistas foram realizadas por meio de diálogo informal com observação e registro das falas, comportamentos e reações dos entrevistados, material gravado, transcrito e organizados em um *corpus* para análise.

Ressalta-se que o acesso direto aos estudantes foi obliterado pelas instituições solicitadas a participar do estudo, sob a alegação de que a investigação era invasiva e o objetivo pouco relevante para os fins institucionais, compelindo os auxiliares de pesquisa a colherem os dados nas cercanias das instituições.

Os dados foram submetidos à análise de conteúdo que consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações que, por intermédio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não), possibilitando inferências de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977). Utilizou-se, portanto, um tratamento interpretativo-descritivo, apreendendo os conteúdos implícitos e explícitos da linguagem, rompendo os limites meramente lógicos, ou seja, a linguagem além de ser considerada um enunciado, com características morfossintáticas, foi assumida como prenhe de silêncios, intenções não reveladas, emoções e outros componentes subjetivos.

Cada respondente foi associado ao número que lhe foi dado durante a coleta de dados e na transcrição textual, numa escala que variou de R1 a R110, em sequência. As respostas foram separadas em blocos representativos de cada tema. Considerou-se a intertextualidade (superposição de um texto a outro) como critério para agrupar o conjunto de produções representativas em cada eixo temático.

5. Análise e Interpretação dos Resultados

Considerando a intertextualidade, portanto, as respostas contidas no *corpus*, foram agrupadas considerando os elementos objetivos e latentes comuns no texto para se alcançar a construção dos sentidos. Sabe-se que, na escolha vocabular, o enunciador busca expressar seu ponto de vista em relação ao mundo que o cerca, emitindo juízos de valor. Assim, a cadeia referencial do texto é o ponto de partida para se adentrar em conteúdos de cunho subjetivo, que expressam uma avaliação positiva ou não do objeto construído discursivamente.

Importante ressaltar que a análise aqui empreendida comporta outras interpretações, na perspectiva da polissemia, ainda que esteja pautada em cadeias referenciais explícitas.

5.1 Educação Superior e Processo de Escolha Profissional dos Estudantes

O caminho para a escolha da profissão e do curso superior foi o ponto de partida para se compreender as expectativas dos estudantes em relação à educação superior no que diz respeito à profissionalização e à educação como um todo. Pretendeu-se verificar a que fatores a escolha estava condicionada, tais como o autoconhecimento, influências parentais e concepções subjetivas e ou coletivas das tendências do mercado, dentre outras.

Ao serem questionados sobre a trajetória e os motivos da escolha do curso e da profissão, foram gerados 04 entornos semânticos e 38,9% afirmaram que realizaram uma leitura do mercado de trabalho como base para a escolha da profissão e do curso que lhe serviria de base (i). Outros 28,2% sustentaram que o processo partiu de análise de si mesmo, das aptidões que reconhecia ter, dos desejos e expectativas em relação à vida (ii). Respostas associadas a “limitações impostas pela IES” perfizeram 15,4% dos respondentes (iii), enquanto aquelas associadas à facilidade de mobilidade/ acesso à IES atingiram 14,5% (iv). Dos participantes, 3,6% não responderam ou se recusaram a responder.

5.1.1 Decisão Pautada na Leitura do Mercado de Trabalho

O ingresso no ensino superior e o processo de profissionalização instauram um período de amadurecimento e de transição de uma área de conforto, que é o ambiente familiar para a futura inserção no mercado de trabalho. A trajetória de escolha da formação acadêmica é marcada por um conjunto de argumentos que se sustenta nas percepções dos estudantes sobre o mercado de trabalho atual. Desvela que a decisão sobre a carreira profissional possui natureza histórico-cultural para 38,9% dos acadêmicos, não alheios às crises de cunho político e econômico que grassam o país.

Parece haver certa impotência para delinear um mínimo prognóstico ou descortinar possibilidades do futuro para o país e para o seu próprio desenvolvimento profissional. Isso comparece na maioria das respostas dos estudantes por meio de marcadores discursivos explícitos. Ainda que a leitura realizada do mercado de trabalho seja preliminar e simples, já

demonstra a internalização das indefinições e das ambiguidades do momento, denotando forte insegurança. Há indícios de que o desejo de realização profissional fica subsumido diante das incertezas e a tendência é buscar o mais fácil, o mais provável, o consensual no plano do senso comum, aquilo que atenua o mal estar diante do desconhecido, ou do inusitado, expresso, por exemplo, em “**meus pais disseram** que é mais fácil para conseguir emprego.” (R13). **Todo mundo** diz que é a tendência do momento. (R21).” **Talvez** não falte emprego para esta área (R80)”. “**Acho** que este é o curso que o **mercado precisa**”. (R37) Dizem que esta é a **profissão do futuro. Todo mundo** vai precisar (R83)”. “Já trabalho na área. Pelo menos já conheço. **Acho** que fica **mais fácil**”.

Neste mesmo veio, a distribuição das respostas acentua a derrocada do sonho frente aos ditames do mercado: “**Para ganhar bem** porque é o que o **mercado precisa**” (R22). “Está precisando de profissional dessa área”. (R4) “É o que o **mercado quer**. Mesmo com a crise, **vai ter emprego**” (R77). O que se pressupõe ser a expectativa do mercado para a juventude é assumido como verdade e o atendimento aos ditames mercadológicos seria a condição suficiente que oportunizaria emprego e renda.

Enquanto isto, parte significativa dos jovens subverte a ordem da humanização em favor do processo bem globalizado de serviço ao capital. E as utopias perdem, gradativamente, o conteúdo. No final, estuda-se para participar de algum certame público que poderá garantir não apenas a empregabilidade. Mas a estabilidade no emprego. Critérios que estão sendo apagados do cenário laboral atual. “É uma área nova, **acho** que tem mais emprego” (R46). “Por que eu acho que prepara para concurso público” (R55). Os referentes semânticos “**mais fácil**”, “**talvez**”, “**acho**”, “**o mercado quer**”, “**o mercado precisa**” tão presentes nas falas, atestam o reconhecimento da dificuldade de entrar no mercado de trabalho. A dúvida, a insegurança e também a substituição do desejo pela vivência da ordem utilitária da sociedade de consumo. Enfrentar as dificuldades e entrar no mercado de trabalho é o desafio urgente da modernidade. Humanizar-se, não. Ser feliz, tampouco.

5.1.2 Decisão Pautada na Análise de Si Mesmo

Dos jovens entrevistados, 28,2% mencionaram que o conhecimento de si mesmo, dos próprios desejos, das expectativas em relação à vida e a “ambição” de ser feliz como elementos cruciais da escolha profissional foram os elementos para a definição do curso. Os referentes semânticos por eles utilizados mostram uma série de afirmações categóricas, ou

seja, a intenção de transmitir ao interlocutor algo de que se está convencido, naquele momento.

A profissionalização para este grupo de estudantes pareceu se tornar não um fim em si mesmo, mas um meio, uma de expectativa de realização de si enquanto sujeito: “Era criança e já me interessava pela matemática” (R18); “É uma área que me dá prazer, gosto de animais” (R67). “Somente me vejo como promotora. Quero discutir o mundo” (R22). d) “Faço este curso porque gosto de cuidar das pessoas” (R23). “Me identifico com a vida rural; é onde quero estar”(R99). “Meu sonho é ser professora. E vou ser!” (R89)

A nova fase que está por vir é vista com positividade. Uma experiência que poderá ter êxito. Esta disposição arregimenta dedicação, força de vontade e, principalmente, esforço de continuidade na trajetória da qualificação profissional. O prazer torna-se, associado à trajetória, não é apenas um produto a ser auferido no final de um curso e no início da inserção no mercado de trabalho.

5.1.3 Decisão Acorada nas Limitações Impostas pela IES

As respostas associadas às “limitações impostas pela IES” contabilizaram 15,4% das respostas válidas e denotaram um nível importante de insatisfação quanto à escolha do curso em que estão matriculados. Os limites institucionais, em sua maioria, dizem respeito à inexistência do curso de preferência do estudante ou à não abertura de turma para o curso pretendido, além da impossibilidade de acesso a um curso em função da nota de corte do ENEM para determinadas áreas: “O curso que eu queria (Jornalismo) não abriu turma. Estou aqui nem sei porquê!” (R44). “Foi o que deu pra fazer com a nota do ENEM” (R31). “Querida fazer odontologia, mas minha nota não dava” (R15); “Nem queria fazer este, mas foi o que sobrou” (R47). “Eu não escolhi. Tive que fazer administração por falta de um curso mais perto do que eu queria”(R30).

O verbo querer foi o referente semântico mais presente nas respostas desta categoria. No pretérito imperfeito do indicativo, parece acenar para a frustração de um desejo. Insatisfação ocorrida no passado e mantida no presente. Para além das determinações do mercado, há outros impasses a serem sobrepujados, como a conveniência da instituição de ensino superior que define, quase que à revelia do estudante, a escolha da formação acadêmica, sem indagar sobre as aspirações e as aptidões pessoais.

Se a escolha adequada pressupõe uma decisão pessoal e responsável, ela está envolta, via de regra, em angústias, incertezas, desinformação e falta de conhecimento sobre a profissão e dificuldade de o jovem em lidar com as ambigüidades inerentes à própria vida. Em decorrência, grande contingente de jovens ingressa no ensino superior com expectativas equivocadas quanto à profissão que, não raro, lhe é imposta pelas circunstâncias institucionais. De alguma forma, o estudante torna-se conivente com o jogo institucional, cede à pressão e tende a se profissionalizar seguindo o efeito “manada”.

5.1.4 Decisão em função da facilidade de mobilidade/ acesso à Instituição

É interessante destacar que um contingente relativamente elevado de jovens (14,5%) pautou a escolha do curso de graduação considerando a facilidade de mobilidade/ acesso à instituição de ensino. O critério de escolha foi ser mais próximo de casa, ou do trabalho, ou ainda da facilidade de acesso, via transporte público, principalmente, metrô: “Vim pra cá, porque está perto de minha casa” (R29). “Hoje tem de ser perto de casa ou você nem chega na faculdade. O trânsito!?! Deus me livre!!” (R41). “Aqui tem o curso que eu quero, mas escolhi a faculdade porque é perto de casa. Podia ter sido outra qualquer” (R.13). “Olha aqui, bem na mão! Na porta do metrô” (R 91).

No interjogo da profissionalização, fala-se de coisas pragmáticas. Pouco do sentido mais abstrato contido no tornar-se profissional, ou das expectativas em relação ao esperado no ensino superior. Falam-se do aqui e do agora, da complexidade concreta da vida contemporânea nas grandes cidades. Quase nada do que concerne ao desejo de transformação de si e da sociedade e muito em relação às comodidades para assegurar um emprego que garanta a sobrevivência mais à frente. O “perto de casa” perde parte do sentido de percepção de distância, desbota semanticamente e adquirindo um sentido de inferência na medida em que a atenção do falante é metaforicamente deslocada da distância para a necessidade de segurança de proximidade com o conhecido e com o já dominado. O espaço discursivo que remete ao espaço simbólico das incertezas e das ambigüidades atuais. A profissionalização deve estar ao alcance da mão. Do conhecido e já vivenciado. Das comodidades da vida atual.

5.2 O Olhar sobre as Dificuldades ao Percurso Formativo na Educação Superior

Ao indagar sobre as expectativas quanto à formação acadêmica no curso superior, muitos estudantes compreendem que exercer as profissões em um mundo em frequentes transformações, demanda lidar com um paradigma complexo, embora não saibam teorizar tal entendimento. As respostas apontam que aspiram ter acesso à contextualização e à globalização das informações e dos saberes profissionais. Não alcançam, entretanto, que a implicação desta postura epistemológica resvala para a formação de competências capazes de se voltar para um indivíduo “complexo” que saiba contextualizar e religar, no seu campo de trabalho, elementos sociais, políticos, econômicos, técnicos, tecnológicos e humanos (MORIN, 2009).

Na amostra pesquisada, quando questionada sobre a existência de dificuldades relativas ao curso da formação acadêmica no ensino superior, 39,1% dos respondentes disseram não estar enfrentando qualquer dificuldade; enquanto 56,4% responderam que essas dificuldades existem e apenas 4,5% não responderam.

Da análise do corpus, 05 entornos semânticos foram derivados, a saber, (i) Aulas desmotivadoras; (ii) falta de infraestrutura como laboratórios e ambientes reais de aprendizagem; (iii); falta de pré-requisitos para fundamentar o desenvolvimento acadêmico; (iv) escassez de tempo para dedicação ao curso (estudo, tarefas, visitas técnicas, estágios); (v) limitações econômicas.

5.2.1 Aulas Desmotivadoras

A complexidade da vida contemporânea e dos desafios que apresenta trazem novas exigências para a formação profissional, em todas as áreas e indaga as práticas didático-pedagógicas nas instituições de ensino superior. Os programas formadores têm a responsabilidade de possibilitar ao profissional que o domínio tecnológico acrescente segurança ao viver e que a tecnologia não negue ou oblitere a vertente humana, social e distributiva dos desafios que se apresentam. É necessário ter em conta que os processos de comunicação em fluxo contínuo e em tempo real suplantam as consequências geradas pelo avanço científico e tecnológico, tornando a prática profissional contemporânea foco de permanentes transformações, inclusive do próprio conhecimento, com desdobramentos na vida humana coletiva e individual.

Dos estudantes que afirmaram enfrentar dificuldades no processo de formação acadêmica, 49,5% criticam a abordagem didático-pedagógica dos docentes: “Os professores passam horas passando slides e se esquecem de ensinar” (R31); “Não tem motivação. Parece que eles não gostam; estão aqui só por obrigação”. (R22). “São desatualizados e a maioria não traz a prática para sala de aula” (R. 14) “Para quê tanto seminário. É para gente dar aula para eles?” (R. 55). “Gente, vamos reciclar os professores!!!”(R.1).

Estes fragmentos discursivos evidenciam que os estudantes continuam a ser, ao mesmo tempo, livres e submissos na relação ensino-aprendizagem, em sala de aula. Submissos ou assujeitados porque se postam como expectadores do processo formativo e não assumem a cena ou o protagonismo da própria formação. Livres porque senhores de suas aprendizagens, não obstante, por ainda não sustentarem esta condição. Passivamente aguardam que o professor reinvente o ato de ensinar e, também, o ato de aprender. Por outro lado, a carência de preparo dos professores para lidarem com um modo de ensinar que não foi o mesmo pelo qual eles aprenderam, parece desestabilizar a todos, professores e estudantes.

É interessante perceber que os estudantes pedem um estímulo externo que os motive para as aulas. Desconsideram que motivação se refere a um conjunto de dispositivos biopsicossociais que reverberam internamente ao sujeito de modo a desencadear orientação a um objetivo e definir a intensidade e a persistência da própria ação. Ausentes estão da participação em suas próprias aprendizagens, delegando ao outro, o professor, a responsabilidade de motivá-los e fazê-los aprender (talvez à revelia de si mesmos).

Os estudantes parecem que não internalizaram que o mercado de trabalho e as relações laborais sofrem contínuas e evidentes transformações que rompem com as concepções tradicionais. As organizações tornam-se cada vez mais ágeis e flexíveis e demandam profissionais generalistas, igualmente flexíveis e com visão ampliada. Em decorrência, percebe-se o aumento das incertezas e da fragilização da formação profissional que atenda os requisitos da permanente mudança. Espera-se que, ao ingressar no mundo do trabalho, o jovem seja capaz de realizar aprendizagens sucessivas, seja dinâmico, proativo, consiga adaptar-se rapidamente ao ambiente, com visão sistêmica, além de saber trabalhar em equipe. Como prepará-lo para tais demandas se ainda não protagonizam a própria cena de aprender?

Na sociedade do conhecimento, as informações impescindem de reflexão, análise e crítica para serem transformadas em conhecimento. É necessário desenvolver novas habilidades e competências. Neste espaço, instauram-se embates, situados para além de

conflitos intergeracionais. São embates que podem buscar no diálogo a superação dos óbices instaurados pela emergência rápida e definitiva da tecnologia da informação. E sugerem, fortemente, que os perfis de aluno e professor merecem revisão a solicitar um espaço de encontro e de dialogia.

5.2.2 Carência de Infraestrutura e Ambientes Reais de Aprendizagem

34

Neste entorno semântico que perfaz 39,5% das respostas, o foco direciona-se à inadequação da infraestrutura das instituições quanto à possibilidade de efetiva profissionalização dos estudantes: “Os laboratórios são antigos e não tem equipamentos para todos” (R.18). “Aqui até a sala de aula é ruim. Na era da internet ainda usamos quadro e pincel!!!” (R 101). “Faltam bases de dados atuais, a gente pesquisa na internet, mas nem tudo é confiável” (R. 44). “Faltam ambientes reais de aprendizagem. A internet cai toda hora” (R.19).

A instituição de ensino superior configura uma parte e, ao mesmo tempo, um resultado ou fruto do modelo político, econômico e cultural atual no país. Está, pois, condicionada por este contexto e os seus objetivos estão, necessariamente, relacionados aos objetivos deste modelo. Os aspectos infraestruturais influenciam e determinam a completude, profundidade e efetividade da formação profissional do estudante, por um lado, e à sobrevivência institucional, sobretudo se for privada. Dizem respeito ao modelo de profissionalização que se quer, portanto. O modelo ou a estrutura político-econômica do país exhibe estatísticas que demonstram um especial investimento na democratização de oportunidades de acesso ao ensino superior, como elemento de mobilidade social. As dificuldades de formação na educação básica, entretanto, não são superadas no novo nível de ensino e a infraestrutura das instituições é apenas parcamente avaliada pelos órgãos competentes. A qualidade do ensino oferecido fica subsumida na intenção de democratizar o acesso. Percebe-se que há a formação de um exército de graduados, com títulos de profissionais, mas sem empregabilidade no exigente e complexo mercado de trabalho atual. A mobilidade social esperada reproduz o que já se sabia anteriormente: os estudantes provenientes de estratos socioeconômicos privilegiados da população, em função de seu currículo oculto e acesso a boas escolas (normalmente privadas), na Educação Básica, lograrão a inserção no mercado. Os demais fortalecerão o exército de mão de obra para os subempregos.

Sabe-se que a qualidade do produto ou serviço é diretamente proporcional à satisfação e fidelidade do estudante, enquanto cliente, bem como à lucratividade da empresa. Não obstante, parece que as instituições em que os estudantes entrevistados estão matriculados, em nome de maior lucratividade, desconsideram estar o marketing a serviço de conquistar o consumidor e consolidar uma imagem positiva e madura entre seus públicos. Abrem, assim, uma lacuna justamente no que diz respeito à sua manutenção e à própria sobrevivência diante da gama de opções que surgiu com o crescimento do número de instituições de ensino superior.

Sabe-se que a melhoria do Ensino Superior brasileiro está associada à identificação e atenção aos fatores que explicam o nível de qualidade das instituições, tais como, instalações, estrutura, serviços acadêmicos, planejamento institucional, qualificação docente, relação professor/aluno, processos metodológicos do ensino, oferta de vagas e expansão de cursos. Assim, este nível alto de insatisfação, na percepção dos estudantes, quanto ao desempenho das instituições em satisfazer suas expectativas influencia as experiências dos demais usuários e o nível de aceitação dos produtos e serviços que desenvolve.

5.2.3 Insuficiência de Pré-requisitos para o Desenvolvimento Acadêmico

Nas entrevistas, 39% das respostas apontaram que os estudantes possuem dificuldades no desenvolvimento das atividades acadêmicas em função de defasagens na aprendizagem de conteúdos fundamentais na Educação Básica. “Fico perdido quando o professor entra em cálculo”. (R. 49). “Voo na aula de química...” (R.4); Não consigo acompanhar o ritmo da turma, onde estudei era mais fraco” (R. 16). “Estas provas de escrever, as dissertativas deixam a gente sem chão. Não gosto de escrever” (R.8). “Todo dia os professores mandam ler uns textos muito difíceis, não entendo muito!!”(R. 29). Tenho dificuldade em física e matemática”. (R 54) “Não sei escrever e não gosto de escrever. Bom é trabalho de grupo” (R 21).

Ao desvelar as dificuldades que enfrentam na aprendizagem dos conteúdos da educação superior, os estudantes fazem, de fato, uma retomada do processo de formação na educação básica, conforme já mencionado. E põem a descoberto o dilema do sistema de educação nacional. Preocupados com a universalização da educação fundamental, há tempos postergaram o investimento em educação de qualidade. As estatísticas evidenciaram avanço

nas taxas de matrículas no ensino superior. No entanto, em 2018, o Brasil registrou 1,3 milhão de matrículas a menos do que em 2014 na educação básica. O dado é do Censo Escolar de 2018 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Ademais, as avaliações de ordem qualitativa, ou que dizem respeito aos conteúdos efetivamente aprendidos e que estão disponíveis para serem usados, demonstram que a educação nacional é deficitária e apresenta lacunas como deixar de alfabetizar e matematizar grande contingente de estudantes. O Ministério da Educação divulgou, em 2017, que 37% dos universitários regularmente matriculados no ensino superior não sabem ler e interpretar um texto simples, bem como não são capazes de produzir uma pequena redação com coerência e coesão textual.

O teor discursivo das respostas analisadas evidencia que um número significativo de beneficiários do ProUni reconhece o seu próprio desempenho acadêmico insuficiente. Há outro grupo de estudantes que possivelmente ainda não conseguiu identificar as limitações das aprendizagens anteriores. Tampouco parecem se aquilatar dos efeitos de tais defasagens no processo de formação e na vida profissional futura, caso não sejam mitigadas.

As limitações econômicas que determinaram as defasagens de conteúdos na educação básica seguem o seu curso na educação superior e na vida dos beneficiários do ProUni, ainda que lhe seja acenada como uma possibilidade de mobilidade social.

5.2.4 Escassez de Tempo para Dedicação ao Curso

Ao serem indagados sobre a “falta de tempo para estudo”, 38% dos respondentes sustentaram que este é um óbice importante à sua formação. Importante lembrar que 42% estudantes afirmaram que são trabalhadores, a caracterização sociodemográfica. A dupla, muitas vezes, tripla jornada de trabalho, como no caso de mulheres que possuem filhos, impactam a vida acadêmica: “Tento fazer os trabalhos, mas tenho que trabalhar. Aí entrego atrasado, quando entrego” (R. 07); “Como fazer os trabalhos se o dia todo estou trabalhando?” (R1); “Não dá tempo de estudar pra tanta prova” (R21); “Não tenho tempo pra estudar e aí tiro nota baixa. Sei que não posso reprovar, mas...” (R35); “Quando saio tarde do trabalho, não vou para aula”. (R38). “Fico tão cansada! Às vezes, não vou para a faculdade, para dormir...” (R.52). “Trabalho longe e dependendo do trânsito, é impossível chegar na hora”. (R

32); “Se eu sair na hora certa de ir para faculdade, vão me mandar embora. Sou arrimo de família” (R40); “Além do trabalho na loja, tenho de cuidar da casa e das crianças. Não dá tempo de fazer tudo e estudar” (R69).

Os dados evidenciaram que o estrato social denominado “C” é o mais representativo da amostra, o que corrobora com a tendência de aumento na proporção de estudantes ingressantes no ensino superior privado de jovens pertencentes de estratos socioeconômicos mais baixos. Revela também que aumentar o acesso deste grupo ao ensino superior exige a manutenção de um programa sustentável de financiamento estudantil, ou não será possível a evolução em termos quantitativos na expansão da educação superior. Expansão quantitativa não implica, necessariamente, a ampliação da produtividade da economia e o estímulo ao desenvolvimento econômico do país, uma vez que as estatísticas tendem a focalizar quantidade e não qualidade.

Vale ressaltar mais uma vez que quase a metade dos estudantes entrevistados trabalha e anseia pela propalada mobilidade social. As políticas sociais públicas pretenderam atribuir poder aos estratos D e E – poder de consumo, de escolha com a aquisição de novos produtos, investimento na escolaridade, moradia e transporte, por intermédio de subsídios através de bolsas sociais a um terço da população. Atualmente, sob a designação de “Classe C”, estes atores padecem, no bolso, a diminuição da renda, o desemprego que atingiu níveis recordes, o endividamento e a redução dos subsídios.

Assim, há dois segmentos da juventude que cursam o ensino superior: de um lado, o grupo constituído por jovens estudantes; de outro, o formado por jovens trabalhadores. A principal característica do jovem trabalhador é a inserção no mercado de trabalho, geralmente ocupando funções de pouco prestígio e baixa remuneração. Em contraste, tem-se os jovens que prolongam sua formação escolar e postergam a inserção no mercado de trabalho. Nesta constatação, parece implícito que são situações mutuamente excludentes (CARDOSO & SAMPAIO, 1994), isto é, a formação de nível superior não teria lugar no universo dos jovens trabalhadores e tampouco o trabalho seria cogitado pelos jovens universitários, em processo de formação.

Cardoso e Sampaio (1994), nos anos 1990, postularam que estudo e trabalho já não se mostravam como atividades excludentes, à época. Haveria uma relação entre renda familiar e trabalho do estudante. E os condicionantes socioeconômicos teriam deixado de ser a causa central deste fenômeno. Para as autoras, a explicação estaria em que o acesso ao trabalho

significa o acesso ao consumo. Ser jovem no mundo globalizado significaria compartilhar bens de consumos, tomar parte de uma linguagem geracional comum, em que o consumo de bens, materiais e simbólicos, como definidor de identidade e sentido de pertença. Sustentam que o fato de o jovem trabalhar não significa sua total autonomia em relação à família, nem tampouco sua independência financeira. Boa parte deles, mesmo trabalhando, continua recebendo "ajuda" da família. Os rendimentos obtidos por meio do exercício de ocupações esporádicas e, às vezes, pouco qualificadas, mas que representam um setor muito dinâmico do mercado de trabalho jovem. São insuficientes e funcionam, antes, como uma subtração dos gastos do jovem que como uma contribuição à renda familiar.

De todo modo, observa-se que a inserção no mercado de trabalho para garantir o provento das necessidades básicas difere enormemente da inserção no mercado para fins de complementação de renda e de acesso ao consumo de supérfluos. Não só no que concerne à jornada e natureza do trabalho, mas também no que diz respeito às vantagens salariais.

As transformações do ensino superior no país abriram alternativas de organização dos cursos e carreiras, exigidas, em boa parte, pelo mercado de trabalho e contribuíram para a disseminação do trabalho entre os estudantes. Ao considerar a distribuição da renda familiar dos entrevistados, percebe-se a predominância dos estratos menos favorecidos da população e que o trabalho é meio legítimo de sustento de si e não raro da própria família.

Nas carreiras de maior prestígio, a dedicação exclusiva ao curso, o tempo destinado ao estudo e a realização de atividades acadêmicas são negados ao estudante trabalhador de estratos menos favorecidos da população e implicam maior esforço, maior dedicação e, inclusive, maior cansaço; podendo acarretar deficiências de formação profissional. É evidente que a formação profissional universitária pressupõe forte diferenciação quanto a cursos e suas respectivas áreas. A heterogeneidade começa com a exigência de tempo integral e dedicação exclusiva para uns (como medicina, por exemplo, e outros com carga horária reduzida que cabem em um só turno). Em acréscimo, o valor das mensalidades é diretamente proporcional ao prestígio social do curso. Se, anteriormente, a seleção de estudantes para determinadas carreiras dependia de critérios de acesso, via vestibular, hoje, nas instituições particulares está forte e claramente determinada pela possibilidade de pagamento das mensalidades, manutenção e permanência no curso.

5.2.5 Limitações Econômicas

Dos entrevistados, 62,7% possuem renda familiar entre 02 a 8 salários mínimos, ou seja, de R\$1.996,00 a R\$7.984,00. Os dados evidenciaram que 42% são trabalhadores e 38% ressentem da falta de tempo para a realização das atividades acadêmicas. Quase a totalidade dos que possuem faixa salarial familiar mais baixa (61,8%) se queixou de limitações econômicas para cursar o ensino superior. Apenas 31,8% afirmaram não possuírem dificuldades econômicas e os demais não responderam. “Ganho pouco. Preciso sustentar a família e ter bolsa não quer dizer não ter gasto.” (R4.) “Falta dinheiro.” (R88) “O transporte aqui é muito caro. Comida também. A bolsa ajuda, mas não é suficiente. “ (R32) “Tenho dificuldade financeira”. (R5) “Saída campo é igual a dinheiro; fazer cópia de texto, também, comer, também, um saco sem fundo...” (R53).

A restrição financeira é evidente para grande parte dos estudantes e impacta, segundo o que informaram, a formação acadêmica. Estes dados corroboram que a mobilidade social preconizada pelas políticas públicas é uma mera possibilidade diante da ausência de medidas complementares que assegurem a permanência e efetivas condições de estudo para a população bolsista.

5.3 Percepções dos Estudantes sobre o ProUni

O último eixo temático buscou verificar a avaliação dos entrevistados sobre o ProUni e apreender as influências que o Programa tem gerado na vida pessoal e profissional, além das possíveis perspectivas futuras que se abrirão. Embora o Programa tenha tido aprovação quase unânime, em 55,4% dos casos, foi considerada uma benesse do Estado. A circulação de sentidos exibiu formas discursivas que denotaram explícita aprovação ao PROUNI: “Eu estou ralando agora, mas a vida vai melhorar muito quando eu me formar. Eu sei. Tenho certeza.”. (R14). “Tudo de bom! Estou na ‘facul.’”(R.29). “Meu sonho era entrar na faculdade. Agradeço ao governo ter aberto as portas com este Programa”. (R27). “O pobre agora tem vez” (R.61). Estes beneficiários do Programa percebem que a bolsa de estudos é uma concessão do governo, um favor, talvez a única alternativa para que os estudantes das camadas menos favorecidas economicamente tenham acesso ao ensino superior. Esta modalidade de reconhecimento pode também denotar a assunção de um lugar desprivilegiado, não apenas socialmente, como também subjetivamente e o desconhecimento de um lugar de

direito, de cidadão. Ao mesmo tempo, o conjunto das falas mostra a expectativa e a crença na possibilidade de mobilidade social por meio da profissionalização. O mercado é tematizado no processo de formação, mas o resultado final, para muitos, parece líquido e certo; algo irá melhorar.

Os dados oficiais da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (BRASIL, 2014) afirmam que houve uma significativa melhora do acesso ao ensino superior entre os anos de 2002 e 2014, principalmente entre os grupos historicamente desfavorecidos, como os negros, com resultados positivos na elevação de renda e na melhoria do acesso a postos de trabalho, ou seja, proporcionou mobilidade social. De acordo com esta fonte, na última década, a força de trabalho brasileira tornou-se mais escolarizada em 27%, em média, passando de 6,7 anos de estudo em 2001 para 8,5 em 2011. E, ainda, que cada série adicional de escolaridade resultaria em um aumento de produtividade e remuneração na ordem de 8%, fator que explica quase metade do aumento da renda dos trabalhadores no período.

Há um viés claro: o sistema tenta atrair os indivíduos ao ensino superior com promessa e, ao mesmo tempo, requisito para a mobilidade social. Aqueles que aceitam a proposta acreditam que a legitimação social se dará via aumento da escolaridade e recorre às facilidades que o governo cria, aumentando significativamente o número de universitários no país. A juventude investe na construção de uma carreira profissional e passa a disputar a legitimidade e reconhecimento no mercado de trabalho. Entretanto, os limites estruturais colocam em risco a carreira sólida e bem estruturada que almejam, bem como o acesso de todos ao mercado de trabalho, nas áreas de suas especialidades.

De todo modo, analisar a mobilidade social como engodo ou não, não retira do aumento da escolarização importante desenvolvimento da visão de mundo e das relações causais que o habita. A tomada de consciência das limitações da formação profissional em razão dos processos que envolvem a posse de capital econômico, cultural e social e as suas condições de existência na análise da concessão de bolsas, evidenciada na fala de cerca de 44, 6% dos entrevistados, pode ser um forte indício deste desenvolvimento.

Descortinar as contradições que residem nas diferenças entre os estudantes de instituições de ensino superior públicas e privadas, no acesso, no processo e no resultado da formação profissional, os estudantes apontam também a disparidade do nível de competitividade necessário ao sucesso profissional. Eis, portanto, um avanço no desenvolvimento da capacidade de análise e da criticidade do estudante quando

implicitamente percebe que o Programa, ao beneficiar também é agente de manutenção das posições econômicas e sociais.

Dos que assumiram uma posição de aceitação com tematização da iniciativa, duas vertentes interpretativas podem ser inferidas. A primeira diz respeito ao embate: Educação Básica de baixa qualidade e acesso à universidade pública: “A escola pública é muito fraca. A gente não tem condições de passar no vestibular das Federais. Sem a ajuda do governo não conseguiria fazer a faculdade” (R19). Queria fazer faculdade, mas saí do ensino médio sem base. Na Federal, eu já nem pensava. Tenho dificuldade para aprender algumas matérias. Acho que o governo tinha de olhar para a gente antes de entrar para a faculdade. Melhorar o ensino fundamental.” (R.08). “Eu queria a Federal. O jeito foi ficar por aqui. É o que o governo concedeu”. (R93). “A gente estava precisando de ajuda para cursar a faculdade. Entrar na pública é muito difícil”. (R3). O governo acertou. É preciso ajudar o pobre a fazer faculdade. As oportunidades não são iguais para todos”. (R49).

A segunda está relacionada à análise das condições estruturais e à formação e oferta determinada pelo modelo econômico e hierárquica social vigente: “Muito bom. Mas precisa melhorar. Não posso fazer o curso que quero. Estou cursando o que a faculdade tem para oferecer”. (R44). “É importante para nossa vida, mas não é possível fazer uma faculdade bem feita trabalhando como eu trabalho. Queria ajuda para não trabalhar tanto e me dedicar mais aos estudos.” (R.26). Faz-se presente no discurso a crítica à iniciativa governamental e o reconhecimento da necessidade de formulação de políticas públicas mais democráticas e inclusivas: “Eles tinha de fazer algo, não é? Com esta roubalheira toda tinha que sobrar alguma coisa para o povão”. (R.74). “Vamos ver o que vai dar. É tudo bem difícil!” (R. 66). “Quem está ganhando com isto [o Programa]? Aos melhores cursos não temos acesso. Medicina, por exemplo.” (R.103). Precisa melhorar. O povo não pode ficar refém dos políticos. Não pode ser massa de manobra o tempo todo. (R.107).

O fomento do acesso ao ensino superior aos estudantes menos favorecidos, via ProUni, no discurso oficial é uma tentativa de qualificá-los como profissionais e cidadãos devidamente capacitados para ingresso no mercado de trabalho e para competir em igualdade de condição com os demais. Ao tempo em que mitiga e corrige as desigualdades extremas. O conteúdo explícito, embora já acesse com uma compreensão mais profunda dos objetivos e dos resultados do sistema educacional brasileiro, ainda não vislumbra que, no contexto da globalização, ao se pensar em profissionalização, vive-se o fantasma do desemprego

estrutural, proclamado tão inevitável quanto à globalização mesmo. Sabe-se que, no Cone Sul, o Estado do Bem-Estar Social não foi alcançado como também não o foi o objetivo do pleno emprego. E na era da revolução tecnológica informacional e a nova organização do trabalho espera-se, a cada dia, o aprofundamento do desemprego estrutural.

A introdução de dispositivos informatizados substitui, ferozmente, postos de trabalho, assim como é, em proporções distintas, a reengenharia, o enxugamento, a reestruturação organizacional. Seja por intermédio da automação eletrônica, seja da remodelação do *layout* organizativo da empresa, os empregos minguam na mesma proporção em que aumenta a carga de trabalho sobre aqueles que continuam empregados. Gorender (1997) sustenta que é importante reconhecer que, sem elevação significativa da taxa de crescimento da produção, não será possível melhorar o desemprego estrutural. O autor assevera que a revolução tecnológica aumenta a produtividade e a produção, enquanto as necessidades humanas reclamam maior quantidade de bens e serviços do que aquela atualmente disponível. Por um lado, as taxas de crescimento são medíocres; por outro, há emergência de novas oportunidades, ainda que restritas, a serem palmilhadas e explicitadas.

Considerar, no processo de formação profissional, tais aspectos é central à preparação de novos quadros para o mercado de trabalho principalmente porque a elevação da taxa de crescimento parece mais e mais associada redução da jornada de trabalho e ao desemprego estrutural. O fenômeno do desemprego estrutural que já não é um fantasma, necessita se desvele suas causas e a hierarquia da influência sobre a economia e sobre a profissionalização das novas gerações.

6. Considerações Finais

Ao se verificar a efetividade da política social de democratização do acesso à Educação Superior do Programa Universidade para Todos - ProUni, como estratégia de geração de inclusão social, desde a perspectiva de estudantes bolsistas em instituições privadas de ensino superior beneficiados pelo Programa, no Distrito Federal, os resultados evidenciaram que, quanto à trajetória e os motivos da escolha do curso e da profissão, apenas 28,2% o fizeram como base na análise de si mesmo, das aptidões que reconhecia ter, dos desejos e expectativas em relação à vida. Os demais parecem à deriva, buscando em circunstâncias imediatas a definição da carreira e da vida profissional, ou seja, 38,9%

afirmaram que realizaram uma leitura do mercado de trabalho como base para a escolha da profissão e do curso que lhe serviria de base, 15,4% disseram que a escolha se deu em função das limitações impostas pela instituição escolhida, enquanto para 14,5% o principal motivo foi a facilidade de mobilidade/ acesso à faculdade.

Os dados mostraram também que a maioria, 56,4%, encontram dificuldades e indicam as aulas desmotivadoras, a falta de infraestrutura como laboratórios e ambientes reais de aprendizagem; a falta de pré-requisitos para fundamentar o desenvolvimento acadêmico; a escassez de tempo para a dedicação ao curso (estudo, tarefas, visitas técnicas, estágios e limitações econômicas e carência de pré-requisitos para acompanhar o curso como os principais óbices na formação profissional, contra 39,1% de estudantes que não sentem dificuldades para acompanhar o desenvolvimento do curso escolhido.

Embora o ProUni tenha tido aprovação quase unânime, 55,4% concebem o Programa como uma benesse do Estado aos desfavorecidos e a perspectiva de mobilidade e inclusão social é, para a maioria, uma promessa diluída no discurso do Estado cujo referente se assenta na concessão da bolsa de estudos para cursar a faculdade. No entanto, 44,6% exibem consciência das limitações da formação profissional e das contradições e condicionantes históricos e econômicos envolvidos com a concessão das bolsas do ProUni, ainda que de modo não problematizado.

Sabe-se que este quadro tem raízes históricas. O Estado, ao longo dos anos, vem delegando à família e à iniciativa privada a função de escolarizar crianças e jovens, fugindo à sua responsabilidade de fazê-lo de modo planejado e consequente. A falência dos sistemas educacionais pode ser auferida por meio do levantamento de medidas paliativas de escolarização de adultos que não frequentaram a escola ou com poucos anos de escolarização, e também nas medidas “compensatórias” para mitigar a baixa qualidade da educação oferecida.

A história da educação no Brasil já demonstrou que as alternativas de investimento na profissionalização do jovem rebaixaram o ensino técnico à condição de categoria de menor valor. Talvez reeditando a clássica dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual, a prioridade de investimento tem sido justamente nos níveis de escolaridade e nas profissões que causam maior impacto no *status quo* das pessoas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971, Lei 5692, instaurou novas concepções e métodos de profissionalização no país e tornou, forçosamente, o título

universitário um requisito necessário, em função da falácia da formação profissional em nível do antigo segundo grau. E as empresas, a cada dia mais, tratam de capacitar seus quadros conforme as necessidades profissionais que demandam, em função da parca capacitação técnica dos egressos das instituições de ensino superior brasileiras. De todo modo, não parece haver, ao jovem brasileiro, alternativas. Se os cursos técnicos não oferecem atrativos, sobretudo financeiros, em busca de formação profissional e de melhores salários, eles recorrem ao ensino superior, também pelo descaso e pelos estereótipos que rondam a educação secundária profissional e pelas facilidades de acesso à faculdade.

Os dados oficiais da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (BRASIL, 2014) afirmam que houve uma significativa melhora do acesso ao ensino superior entre os anos de 2002 e 2014, principalmente entre os grupos historicamente desfavorecidos, como os negros, com resultados positivos na elevação de renda e na melhoria do acesso a postos de trabalho. Ou seja, proporcionou mobilidade social. De acordo com esta fonte, na última década, a força de trabalho brasileira tornou-se mais escolarizada em 27%, em média, passando de 6,7 anos de estudo em 2001 para 8,5 em 2011 e, ainda que cada série adicional de escolaridade resultasse em um aumento de produtividade e remuneração na ordem de 8%, fator que explica quase metade do aumento da renda dos trabalhadores no período.

Há um viés claro: o sistema tenta atrair os indivíduos ao ensino superior com promessa e, ao mesmo tempo, requisito para a mobilidade social. Aqueles que aceitam a proposta acreditam que a legitimação social se dará via aumento da escolaridade e recorre às facilidades que o governo cria. Assim aumenta-se significativamente o número de universitários no país. A juventude investe na construção de uma carreira profissional e passa a disputar a legitimidade e reconhecimento no mercado de trabalho. Entretanto, os limites estruturais colocam em risco a carreira sólida e bem estruturada que almejam, bem como o acesso de todos ao mercado de trabalho, nas áreas de suas especialidades.

De todo modo, analisar a mobilidade social como engodo ou não, não retira do aumento da escolarização a condição de ser importante elemento no desenvolvimento da visão de mundo e das relações causais que o habitam. A tomada de consciência das limitações da formação profissional em razão dos processos que envolvem a posse de capital econômico, cultural e social. E as suas condições de existência na análise da concessão de bolsas esteve presente na fala de cerca de quase metade dos entrevistados, o que poder ser percebido como forte indício de desenvolvimento da criticidade.

De fato, ao descortinarem as contradições que residem nas diferenças entre os estudantes de instituições de ensino superior públicas e privadas, frente ao acesso, no processo e no resultado da formação profissional, os estudantes apontam também a disparidade do nível de competitividade necessário ao sucesso profissional. Eis, portanto, um avanço no desenvolvimento da capacidade de análise quando implicitamente percebe que o Programa, ao beneficiar, também é agente de manutenção de posições econômicas e sociais.

É possível que a concentração de investimentos na formação superior possa gerar um excesso de profissionais com baixa competência técnica, disputando acesso ao mercado de trabalho. Situação que leva não somente ao desemprego, como também deprecia os salários dos ativos no mercado. Por outro lado, cabe ao sistema educacional oferecer aos jovens o instrumental suficiente para entrar no sofisticado e complexo mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, assumir a função de equalizador de desníveis sociais tão profundos.

Ao indagar sobre as expectativas quanto à formação acadêmica no curso superior, muitos estudantes compreendem que exercer as profissões, em um mundo em frequentes transformações, demanda lidar com a um paradigma complexo; embora não saibam teorizar tal entendimento. As respostas conduzem que eles anseiam participar das oportunidades imanescentes ao mercado profissional pela extensão dos conhecimentos constitutivos da globalização dos saberes. Delimitado está, no entanto, pelo teor das falas, que se desconhece o curso complexo implicado na formação e religação do conhecimento pela complexidade das relações de vida do aprender e os seus desdobramentos na vida do trabalho, social, política, econômica, técnica, tecnológica e humana (MORIN, 2009).

Convive-se, então, com as sequelas de uma Educação Básica de baixa qualidade, com o desempenho insuficiente dos estudantes que buscam o ensino superior privado por meio de bolsas e subsídios governamentais, com a expectativa de inserção no mercado de trabalho e de uma dada mobilidade social. São eixos que sustentam a pretensa democratização do ensino superior. Propala-se que a Educação Superior não deveria ficar restrita às elites. Mas não há investimentos sérios na base da pirâmide educacional. Parece que o país caminha na contramão do processo formativo.

As tais políticas de inclusão, consideradas também de inserção social, não geram estratégias de integração de indivíduos ao sistema social, apenas cumprem a função de manter sob controle as tensões sociais originárias do desemprego, da desigualdade de

oportunidades e da pobreza extrema. Pergunta-se, a quem servem? O que objetivam, em última análise?

7. Referências

ANDRADE, Cibele Yahn. **Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social**. Revista do ensino Superior, UNICAMP, 2010. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed06_julho2012/Cibele_Yahn.pdf>. Acesso em 02/04/2013.

ASSESSORIA ECONÔMICA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA – Abinee. **Análise de conjuntura**. Janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www.abinee.org.br/abinee/decon/decon21.htm>>. Acesso em: 05/04/2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI – regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da [República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 14 jan. 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 02/04/2013.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Projeto Vozes da Classe Média. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/09/resultado-de-estudo-mostra-que-negros-sao-quase-80-da-nova-classe-media>. Acesso em 20/02/2019.

CARDOSO, R.C.L, SAMPAIO, H. **Estudantes universitários e o trabalho**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1994; 26: 30-50.

CONTANDRIOPOULOS, André-Pierre *et al.* **Saber preparar uma pesquisa: definição, estrutura, financiamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 1997.

COOK, T.; REICHARDT, T. D. **Métodos cualitativos y cuantitativos en investigación evaluativa**. 4. ed. Madrid: Morata, 2000.

GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Estud. av.**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 311-361, Apr. 1997. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100017&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000100017>.

GRYNSPAN, Rebeca. Desenvolvimento, crescimento e Superação da pobreza: desafios Impostos pela crise internacional. In: COELHO, Maria Francisca Pinheiro Coelho; Luziele Maria de Souza Tapajós; Monica Rodrigues. (Orgs). **Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão**; Simpósio Internacional sobre

Desenvolvimento Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. Grupo de Análises e Previsões. **Análise de Conjuntura**. Rio de Janeiro: IPEA. Dimac, Dezembro de 2015.

HIRSCH, Fred. Limites Sociais do Crescimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

HOPER EDUCAÇÃO. **Análise Setorial da Educação Superior Privada**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2016.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. 2. ed. London: Sage Publications, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Indicadores de Avaliação para Mudança. **Revista Brasileira de Educação Médica** 87 33 (1 Supl. 1): 83-91; 2009: 83-91.

MORIN, E.. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. Almeida, M.C. & Carvalho, E.A. (Org); 5a. ed., São Paulo: Cortez, 2009.

NERI, Marcelo Cortes.(Coord.)**A nova Classe média**. FGV-IBRES, CPS, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, J. F. et al. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Orgs.). **Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

Patton MQ. **Qualitative evaluation and research methods**. 2nd Ed. Newbury Park: Sage Publications, 1991.

SCHWARTZMAN, Simon. **Universities and the Transformation of Society in Brazil**. Paper prepared for the research project on “The Role of Universities in the Transformation of Societies”, The Centre for Higher Education Research and Information (CHERI) of the UK Open University and the Association of Commonwealth Universities (ACU). October 2003.

SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL; Stela Maria. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década**. Brasília : UNESCO, CNE, MEC, 2012.

TAVARES JÚNIOR, Fernando. Limites sociais das políticas de Educação: Equidade, mobilidade E estratificação social. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 539-557, jul./dez. 2011.